



PESQUISA ITATIAIA MOSTRA QUE 66% DA POPULAÇÃO QUER SER CONSULTADA SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA COPASA

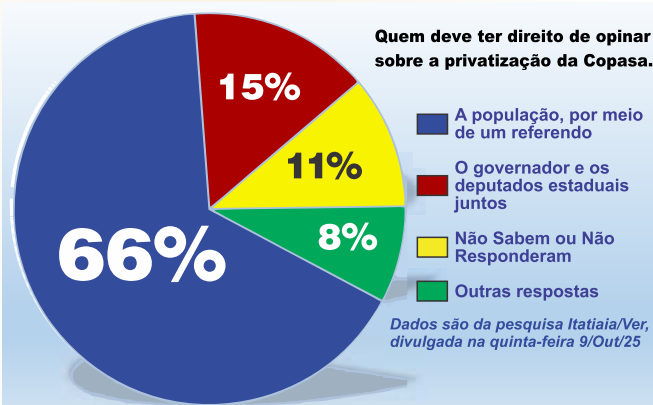
Levantamento aponta que maioria dos mineiros apóia exigência constitucional do referendo para decidir sobre a venda da empresa pública de saneamento

A maioria dos mineiros quer manter o direito de opinar sobre a privatização da Copasa. Pesquisa realizada pela Itatiaia/Instituto Ver, divulgada nesta quinta-feira (9/10), aponta que 66% da população é contra o fim da exigência de consulta popular para decidir o futuro da empresa pública de saneamento, determinada pela Constituição Estadual.

A vontade da maioria da população, que quer ter voz final sobre a venda da Copasa, por meio do referendo, é desprezada pelos deputados aliados do governador Romeu Zema na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que atuam de forma rigorosamente contrária aos interesses do povo mineiro, para facilitar a privatização dos serviços públicos essenciais de água e esgoto.

De acordo com os dados da pesquisa, somente 15% dos entrevistados indicaram que o governador Romeu Zema, autor da proposta, e os deputados estaduais, em conjunto, deveriam decidir sobre o tema, enquanto 11% não souberam responder.

O fim do referendo popular, em tramitação na ALMG, é rechaçado 48% dos mineiros. Desses, 36% discordam totalmente da medida, e 12% parcialmente. Entretanto, apenas 15,18% afirmam conhecer a



Proposta de Emenda à Constituição 24/2023, a chamada PEC do Cala à Boca, que acaba com a consulta popular para a venda da Copasa, enquanto 84,82% dizem desconhecer o assunto.

O levantamento aponta ainda que 44% dos mineiros rejeitam a privatização da Copasa, 36% são favoráveis à venda da estatal e 19% não souberam opinar sobre o tema. A pesquisa ouviu 1.021

pessoas, entre os dias 2 de agosto e 7 de outubro deste ano, com uma margem de confiança de 95%.

O apoio dos mineiros ao referendo, confirmado pela pesquisa da Itatiaia, rechaça a vergonhosa atuação dos deputados da base governista, que aprovaram a PEC do Cala à Boca na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão Especial. A votação da proposta em plenário foi suspensa temporariamente e deve voltar à pauta a partir do dia 21 de outubro, conforme acenou o presidente da Assembleia.

Com essa manobra, é fundamental intensificar a mobilização e a luta em defesa da Copasa e do saneamento público para barrar a proposta do governo Zema, que não recuou nem mesmo após o presidente Lula publicar decreto, na última terça-feira (7/10), estendendo até o final de 2026 o prazo para a federalização de estatais e ativos de Minas Gerais por meio do Propag.

